

O «MOMENTO MAQUIAVÉLICO» DA UNIÃO EUROPEIA

ALARGAMENTO E RISCO DE OVERSTRETCH

Youri Devuyst¹

INTRODUÇÃO

«A expansão, quando baseada numa república fraca, significa simplesmente a ruína.»² Estas são as palavras de Nicolau Maquiavel (1469-1527), o funcionário público, diplomata e pensador político florentino. Maquiavel, que estudou as repúblicas em expansão nos seus *Discursos sobre a Primeira Década de Tito Lívio*, aprendeu com a história que alargar o território de um Estado por «necessidade» sentida, mas sem a capacidade e a preparação subjacentes, era uma receita para o *overstretch*. É um cenário para um «momento maquiavélico», um termo cunhado pelo historiador do pensamento político John Pocock para designar um período em que uma entidade política «está envolvida em tensões ou contradições históricas que gera ou encontra», e que a obrigam a confrontar-se com «a sua própria finitude temporal», enquanto tenta «permanecer moral e politicamente estável»³.

A análise maquiavélica da expansão das comunidades fornece um ângulo pertinente para reavaliar o atual impulso da União Europeia (UE) para o alargamento. Colocando o alargamento no contexto da complexa dialética da política de poder internacional de Maquiavel, a próxima secção deste artigo analisa a forma como a adesão da Ucrânia e da Moldavia se tornou, de forma algo inesperada, um «imperativo geopolítico» para a UE. Para Maquiavel, porém, «nunca se deve expandir a menos que se possa sustentar, ou seja, a menos que se possa contar com mecanismos institucionais internos adequados e com

RESUMO

Nos *Discursos sobre a Primeira Década de Tito Lívio*, Maquiavel foi pioneiro no estudo da expansão das comunidades e sua sustentabilidade. Mostrou que a expansão por «necessidade» resultou na ruína de uma organização cuja capacidade de decisão e postura de defesa não estavam à altura do desafio. A expansão mal preparada conduzia a comunidade a uma crise com risco de vida – um «momento maquiavélico». O quadro de análise de Maquiavel fornece informações muito pertinentes sobre a situação atual da União Europeia e o seu impulso de alargamento.

Palavras-chave: União Europeia, alargamento, Maquiavel, *overstretch*.

ABSTRACT

**THE EUROPEAN UNION'S
‘MACHIAVELLIAN MOMENT’:
ENLARGEMENT AND THE
RISK OF OVERSTRETCH**

In the *Discourses on the First Decade of Titus Livius*, Machiavelli pioneered the study of expanding commonwealths and their sustainability. He showed that expansion by ‘necessity’ resulted in ruin for a polity whose decision-making capacity and defence posture



were not up to the challenge. Badly prepared expansion was poised to bring the commonwealth into a life-threatening crisis – a ‘Machiavellian moment’. Machiavelli’s framework of analysis provides most pertinent insights into the current predicament of the European Union and its enlargement drive.

Keywords: European Union, enlargement, Machiavelli, overstretch.

os meios militares apropriados»⁴. As secções seguintes do presente artigo mostram que a UE não está suficientemente preparada no que respeita a ambas as condições. Relativamente à possível adesão da Ucrânia e à deficiente postura de defesa da UE, o advento da segunda Administração Trump é um fator agravante. Como resultado, o atual impulso da UE para o alargamento está efetivamente a transformar-se num «momento maquiavélico». Como explicou o Presidente francês Emmanuel Macron: «Temos de ser claros quanto ao facto de a nossa Europa, hoje, ser mortal. Pode morrer. Pode morrer, e isso depende inteiramente das nossas escolhas»⁵. A utilização de um quadro de análise desenvolvido há cerca de quinhentos anos tem algumas limitações. Em suma, «Maquiavel viveu no Renascimento, e o Renascimento viveu em Maquiavel»⁶. No entanto, não há dúvida de que as suas obras «conservam um nível extraordinário de observações políticas perspicazes, válidas mesmo nos nossos dias», especialmente numa Europa que está novamente a sofrer os efeitos da política de poder predatória⁷. A ampla base histórica da sua análise contribui para a sua atualidade. Os *Discursos* resultam, em grande medida, de uma leitura aprofundada das instituições e práticas republicanas de Roma, tendo como principais fontes Tito Lívio e Cícero. Maquiavel comparou as suas descobertas sobre a república romana com as lutas de entidades políticas como Atenas, Esparta, Veneza, a Liga Etrusca, a Confederação Suíça, os Países Baixos, a França e o Império Habsburgo, bem como com a sua própria experiência em Florença. Ao formular conclusões sobre a defesa da segurança e das instituições da *res publica* (república ou comunidade) ou *stato* (Estado), Maquiavel baseou-se numa grande variedade de entidades políticas de diferentes períodos da história, desde cidades-estado a grandes entidades políticas compostas⁸. Isto convida-nos a extrapolar as suas questões-chave e observações para períodos históricos e estruturas políticas mais recentes, como será feito no presente artigo⁹. Uma vez que Maquiavel tem uma reputação bastante sinistra como conselheiro de governantes absolutos sobre como tomar e manter o poder, é útil assinalar que o presente artigo contém poucas referências a *O Príncipe*, responsável pela infâmia do florentino. Nos *Discursos sobre a Primeira Década de Tito Lívio*, em que se baseia esta análise, a preocupação central de Maquiavel era a sobrevivência da república em *libertà* (independência), por oposição a *servitù* (dependência)¹⁰. Dizer de uma entidade política que «possui a sua liberdade equivale a dizer que se mantém independente de qualquer autoridade, exceto a da própria comunidade»¹¹. Isto não é muito diferente da atual preocupação da UE em «construir a [sua] soberania europeia, reduzir as [suas] dependências»¹². Além disso, os *Discursos* centraram-se na entidade política territorialmente alargada e nas formas e meios de tornar a sua expansão bem-sucedida. Nas palavras de Alissa Ardito, «Maquiavel merece ser reconhecido como o primeiro teórico político moderno a prever a possibilidade de uma república com uma grande população que se estende por um vasto território»¹³.

O ALARGAMENTO E A COMPLEXA DIALÉTICA DA POLÍTICA DE PODER

Para Maquiavel, a opção de expansão de um Estado desencadeia quase automaticamente uma reação dos outros grandes atores da vizinhança, que podem sentir-se ameaçados ou recear a subjugação¹⁴. Por isso, o diplomata florentino reconhece inicialmente o interesse de criar uma comunidade limitada que evite parecer ameaçadora para os vizinhos. Se um Estado estiver «satisfeito com o seu próprio território e se a experiência mostrar que não tem ambições [territoriais]», os vizinhos não se irão sentir ameaçados, «especialmente se a constituição ou as leis daquele proibirem a expansão»¹⁵. Um tal Estado poderá então evitar confrontos com potências externas, pelo menos durante algum tempo. No entanto, a perspetiva histórica de Maquiavel depressa o fez compreender que a criação de uma situação de esplêndido isolamento era uma ilusão: «É impossível a um Estado permanecer para sempre no gozo pacífico das suas liberdades e dos seus estreitos limites; porque, embora possa não importunar outros Estados, será importunado por eles», e dessa perturbação nascerá o desejo e a necessidade de expansão para exercer influência sobre a vizinhança¹⁶. Assim, ser independente significa ter a capacidade de controlar a vizinhança, o que, por sua vez, implica ter a capacidade de se expandir¹⁷. Especialmente «se os seus rivais [estiverem] a tornar-se mais poderosos – e, portanto, mais ameaçadores – em termos territoriais ou outros, pode muito bem ser forçado a envolver-se na expansão para contrabalançar o seu crescimento» e controlar o meio externo¹⁸. Num mundo dominado por uma política de poder brutal, Maquiavel via o medo e o desespero de (re)conquistar um sentimento de domínio sobre a fronteira como uma «força motriz fundamental» por detrás da expansão¹⁹.

Do ponto de vista da UE, manter-se dentro dos seus limites originais nunca foi o ideal. A história da UE é uma história de alargamento²⁰. Os tratados fundadores da Comunidade Europeia permitiam que «qualquer Estado europeu» se candidatasse à adesão e apelavam «aos outros povos da Europa que [partilhassem] o seu ideal para que se [associassem] aos seus esforços»²¹. No rescaldo da Guerra Fria, o Conselho Europeu de Lisboa de 1992 estabeleceu que «o princípio de uma União aberta aos Estados europeus que aspirem a uma participação plena e preencham as condições de adesão constitui um elemento fundamental da construção europeia»²². Os países que evitaram tomar partido durante a Guerra Fria, como a Áustria, a Finlândia e a Suécia, bem como os antigos membros do Pacto de Varsóvia, foram acolhidos sob o lema de criar «Uma Europa (One Europe)» e «evitar novas linhas divisórias»²³. Os limites de «Uma Europa» nunca foram definidos. Para a Comissão Europeia, o «termo “europeu” combina elementos geográficos, históricos e culturais [que] não podem ser condensados numa fórmula simples e intemporal e estão

OS LIMITES DE «UMA EUROPA» NUNCA FORAM DEFINIDOS. FOI A INVASÃO EM GRANDE ESCALA DA UCRÂNIA PELA RÚSSIA QUE ABRIU EFETIVAMENTE AS PORTAS DA UE AOS PAÍSES DA PARCERIA ORIENTAL.

sujeitos a revisão por cada geração seguinte»²⁴. Concluiu, por conseguinte, «que não é possível nem oportuno estabelecer agora as fronteiras da União Europeia, cujos contornos serão moldados ao longo de muitos anos»²⁵. Por outras palavras, a UE respondeu à pergunta «o que é a Europa?», «rejeitando uma interpretação geográfica»²⁶.

Quando um Estado se mostra aberto a uma maior expansão sem estabelecer limites claros, Maquiavel ensina-nos que isso terá automaticamente efeitos no meio externo e no comportamento dos vizinhos²⁷. Esse comportamento pode, por sua vez, ser o acionador que transforma o potencial de alargamento em prática efetiva. A perspetiva interligada e dialética de Maquiavel sobre o potencial de expansão de uma comunidade e a realidade da expansão (a) como consequência de movimentos geopolíticos na vizinhança e (b) como catalisador de tais mudanças geopolíticas, torna muito difícil prever o resultado de tal dinâmica. Cada Estado planejará e levará a cabo ações para dominar a situação e proteger-se, «mas, ao mesmo tempo, a ação cria novas contingências que, por sua vez, têm de ser compreendidas e dominadas»²⁸.

A aceitação pela UE dos pedidos de adesão da Ucrânia, da Moldova e da Geórgia em 2022-2023 pode ser interpretada como um exemplo desta complexa luta dialética²⁹. Antes da invasão russa da Ucrânia em 2022, a via de adesão estava, em princípio, fechada aos países da Parceria Oriental³⁰. O que o presidente da Comissão, Romano Prodi, tinha em mente ao propor a Política Europeia de Vizinhança (PEV) em 2002 era rodear a UE de um «círculo de amigos», a quem poderia ser oferecido «tudo menos as instituições», ou seja, um caminho para a participação no mercado interno e nos programas da UE, mas sem voz na tomada de decisões da União³¹. Embora a PEV não tenha, portanto, «proporcionado aos beneficiários da ação da UE uma perspetiva de adesão», esta porta nunca foi formalmente fechada³². Na mesma linha, os acordos de associação entre a UE e a Geórgia (assinados em 2013), a Moldova (assinados em 2013) e a Ucrânia (assinados em 2014) não incluíam uma promessa de adesão à UE. A tónica foi colocada no alinhamento legislativo com o modelo da UE, juntamente com a criação de zonas de comércio livre profundas e abrangentes. Ironicamente, a tentativa falhada de Moscovo de impedir a assinatura do Acordo de Associação UE-Ucrânia, que considerava uma incursão na sua esfera de interesses vitais, e a bem-sucedida revolta Euromaidan de 2013-2014 reforçaram a expectativa da Ucrânia de que a adesão à UE estava no horizonte³³. Mas foi a invasão em grande escala da Ucrânia pela Rússia que abriu efetivamente as portas da UE aos países da Parceria Oriental. Nas palavras de Josep Borrell, então alto representante da UE para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança, «a guerra na Ucrânia teve um efeito colateral que foi o de acelerar o processo de alargamento», uma vez que reforçou a determinação da UE em limitar a influência da Rússia, também nos Balcãs Ocidentais³⁴. Para Maquiavel, uma tal reviravolta de estratégias e ações não seria uma surpresa, pois a política internacional está constantemente sujeita «aos ventos da fortuna e às mudanças de situação»³⁵.

PREPARAR-SE PARA OS VENTOS DA MUDANÇA

Maquiavel via a *fortuna* (boa ou má) como uma oportunidade a ser explorada pela *virtù* (a qualidade da mente e da ação corajosa em benefício da comunidade)³⁶. A melhor forma de lidar com a fortuna era preparar-se para ela. Um dos parágrafos mais famosos de *O Príncipe* sublinha este ponto:

«Comparo a fortuna a um desses rios violentos que, quando se enfurecem, inundam as planícies, derrubam árvores e edifícios, arrastam o solo de um lugar para o depositar noutro... No entanto, embora tal seja a sua natureza, não significa que, quando correm tranquilamente, não se possam tomar precauções, construindo diques e barragens para que, quando o rio está em cheia, se mantenha num só canal ou o seu ímpeto seja menos bravo e perigoso. É o que acontece com a fortuna»³⁷.

A preparação para o alargamento da política exigia que se assegurasse a capacidade de decisão e a postura de defesa necessárias. Maquiavel sabia, no entanto, que era pouco provável que uma comunidade introduzisse as melhorias constitucionais necessárias, a menos que se tornasse claro que corria o risco de se desmoranar sem elas. «E como tal necessidade não pode surgir sem perigo, a comunidade pode facilmente ser destruída antes de a nova ordem estar concluída»³⁸. Por outras palavras, era nessas alturas que um Estado enfrentava o seu «momento maquiavélico». A relevância destes avisos para a situação atual da UE é evidente. Desde o Tratado de Nice de 2001, que abriu caminho para a adesão de dez novos membros em 2004, a preparação para um novo alargamento não tem estado na agenda da UE de forma significativa. Para Maquiavel, a expansão nestas condições é o momento em que a fortuna «mostra a sua potência», pois «sabe que não há diques e barragens para a conter»³⁹.

PRESERVAR A CAPACIDADE DE DECISÃO DO ESTADO

Maquiavel identificou três formas gerais de alargar uma entidade política. Rejeitava a forma espartana e ateniense de fazer dos outros Estados súbditos em vez de parceiros e preferia o modelo romano, que «consiste em formar alianças em que se reserva a si próprio a chefia, a sede em que reside a autoridade central e o direito de iniciativa»⁴⁰. Nenhum destes modelos se assemelha ao processo de adesão à UE. A via romana exige um sistema hegemónico [como a Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO, na sigla inglesa) durante a Guerra Fria], mas este não corresponde à configuração institucional da UE. Como explicam decisores políticos de grandes e pequenos Estados-Membros, a política da UE caracteriza-se por uma «ausência de hegemonia», graças a «um sistema de regras, obrigações e procedimentos de tipo detalhado», que garante «que os direitos de todos os Estados-Membros serão respeitados e que a reconciliação entre os maiores não será feita à custa dos mais pequenos»⁴¹. Neste contexto, o alargamento da UE aproxima-se mais daquilo que Maquiavel apresentou como o método

etrusco, «a saber, a formação de uma liga constituída por várias repúblicas em que nenhuma delas tinha preferência, autoridade ou posição acima das outras; e na qual, quando outras cidades eram adquiridas, tornavam-nas membros constituintes»⁴². Este método é muito semelhante ao modo de ação não imperial da UE, segundo o qual «os novos Estados-Membros devem ser tratados em pé de igualdade com os antigos Estados-Membros»⁴³.

O modelo de decisão etrusco era centralizado ao nível de um conselho composto pelas suas repúblicas-membros. Para Maquiavel, este facto dificultava a expansão:

«A experiência mostra que esse método de formar uma confederação tem um limite fixo e que não há qualquer caso que indique que esse limite possa ser ultrapassado. Doze a catorze comunidades juntam-se e, para lá disso, não procuram avançar... Aqueles que ultrapassaram o limite adequado, foram rapidamente arrasados»⁴⁴.

Maquiavel compreendeu que a tomada de decisões no conselho entre iguais estava a tornar-se mais difícil com cada alargamento, resultando em comunidades fracas que

MAQUIAVEL COMPREENDEU QUE A TOMADA DE DECISÕES NO CONSELHO ENTRE IGUAIS ESTAVA A TORNAR-SE MAIS DIFÍCIL COM CADA ALARGAMENTO, RESULTANDO EM COMUNIDADES FRACAS.

«sofrem de irresolução e não conseguem chegar a decisões; e, quando chegam efetivamente a uma, é mais devido à necessidade do que a uma escolha»⁴⁵.

Embora o problema da tomada de decisões fosse, antes de mais, uma questão de número de participantes, agravava-se seria-

mente se o alargamento implicasse a inclusão de sociedades corrompidas. O administrador florentino considerava totalmente ingénuo acreditar que um novo membro de uma entidade política alargada pudesse ser levado a mudar os seus velhos hábitos. Uma sociedade corrompida que tivesse adquirido a liberdade graças à sua adesão a uma entidade política esclarecida tinha mais probabilidades de voltar a cair na corrupção, nomeadamente devido às manobras das velhas elites engordadas à custa das riquezas do regime anterior⁴⁶. A presença de membros corruptos geraria automaticamente instabilidade interna, tornando assim toda a comunidade vulnerável à manipulação (estranheira), prejudicando simultaneamente o funcionamento e a tomada de decisões da entidade política alargada⁴⁷. Este facto é extremamente relevante para o processo de adesão à UE. Em dezembro de 2024, a Transparency International informou que «todos os países candidatos são afetados por corrupção enraizada» e «poucos estão a fazer progressos», ameaçando assim a integridade de uma UE em expansão⁴⁸. Esta situação é particularmente preocupante, uma vez que estudos demonstraram que as condições de adesão da UE nos domínios do Estado de direito têm um impacto insuficiente⁴⁹. O modelo etrusco de Maquiavel funcionava segundo as premissas confederais ou inter-governamentais. Ao tomar as suas decisões com base no método comunitário, a UE

ultrapassou significativamente o sistema confederal, em benefício do interesse comum (defendido pela Comissão), da eficácia (graças à votação por maioria qualificada no Conselho), do controlo democrático (pelo Parlamento Europeu) e do controlo jurisdicional (pelo Tribunal de Justiça)⁵⁰. No entanto, em domínios como a política externa e de segurança comum, a harmonização fiscal, a política energética e climática e alguns aspectos da política social, a unanimidade no Conselho continua a ser aplicável. A Comissão Europeia reconheceu que, numa UE alargada, «a unanimidade será ainda mais difícil de alcançar, com riscos acrescidos de as decisões serem bloqueadas por um único Estado-Membro»⁵¹. Como solução, propõe a utilização das chamadas «cláusulas-ponte» dos atuais tratados da UE, que permitem ao Conselho Europeu passar o processo de decisão do Conselho da unanimidade para a maioria qualificada em determinados domínios. Mas a ativação da «ponte» requer o acordo de todos os Estados-Membros. Para convencer os membros relutantes, a Comissão sugere que a utilização da maioria qualificada no âmbito da «ponte» seja acompanhada de uma interrupção de emergência. Tal permitiria a qualquer membro invocar razões excecionais de interesse nacional para pôr termo a uma decisão por maioria qualificada e remeter a questão para o Conselho Europeu para novas deliberações⁵². Embora o recurso às cláusulas-ponte possa simplificar um pouco o processo de decisão em domínios específicos, não se aplica às questões de defesa nem ao processo de decisão constitucional da UE (que inclui a revisão do Tratado e a adesão)⁵³. Nestes domínios fundamentais, a UE em expansão continua a ser vulnerável a um impasse, tal como a confederação etrusca.

ASSEGURAR A CAPACIDADE DE DEFESA DO ESTADO

Nos tempos conflituosos de Maquiavel, a expansão estava indissociavelmente ligada à conquista e à defesa. Com base na sua experiência florentina, Maquiavel considerava «altamente repreensíveis» as comunidades que não conseguiam construir as suas próprias forças armadas⁵⁴. Isto era especialmente verdade no caso de sociedades militarmente fracas que pretendiam expandir-se num território contestado, alargamento esse para as quais ele considerava um «veneno»⁵⁵. Esta análise não podia ser mais pertinente para a UE de hoje. A segurança e a defesa estão no centro da atual ronda de alargamento. Há a invasão russa da Ucrânia, a ocupação russa de partes da Moldova (Transnístria) e da Geórgia (Abcásia e Ossétia do Sul) e os ataques híbridos que também visam os países dos Balcãs Ocidentais. O nível de preparação da UE para acolher a adesão de países em guerra ou sob grave ameaça parece mínimo. A Comunicação da Comissão de 2024 sobre as reformas pré-alargamento informa laconicamente que os novos Estados-Membros «contribuirão e beneficiarão dos compromissos adicionais da UE em matéria de segurança», nomeadamente os decorrentes do n.º 7 do artigo 42.⁵⁶ Se um Estado-Membro da UE for vítima de agressão armada, esta disposição estabelece que os outros Estados-Membros têm para com ele uma obrigação de ajuda e assistência por todos os meios ao seu alcance, em conformidade com o artigo 51.º da Carta das

Nações Unidas. Mesmo que cada Estado-Membro continue a ser livre de decidir o tipo de assistência que pretende prestar nesse caso, é evidente que a adesão de países como a Ucrânia e a Moldova não seria isenta de consequências. Se a guerra na Ucrânia se prolongar, a ativação da cláusula automática de assistência envolveria diretamente os outros Estados-Membros da UE no conflito. Se se chegasse a um cessar-fogo ou a um acordo de paz, os outros Estados-Membros tornar-se-iam necessariamente um apoio para a Ucrânia, caso a Rússia não cumprisse a sua palavra. Questões semelhantes colocam-se relativamente à Moldova e à Geórgia (caso as negociações de adesão com esta última sejam retomadas). Isto constitui um problema, uma vez que a UE negligenciou até agora o desenvolvimento de uma capacidade e de uma doutrina militares autónomas para assegurar uma resposta comum eficaz por parte dos Estados-Membros, nos termos do n.º 7 do artigo 42.⁵⁷ Esta situação está diretamente relacionada com o facto de, até à data, a NATO continuar a ser a base da defesa coletiva da Europa, pelo menos para os 23 membros da UE que fazem parte da Aliança Atlântica⁵⁸.

Na perspetiva de Maquiavel, depender de «um Estado poderoso que venha em sua defesa e assistência» é uma péssima não-solução para as comunidades militarmente fracas⁵⁹. A história ensinou-lhe que o apoio militar externo era quase sempre pouco fiável e dispendioso, ao mesmo tempo que reduzia drasticamente a liberdade de ação⁶⁰. Nas décadas que se seguiram à Segunda Guerra Mundial, o aviso de Maquiavel não pareceu perturbar a Europa Ocidental, uma vez que uma forte dependência em termos de segurança dos Estados Unidos se tornou uma segunda natureza⁶¹. Isto continuou a ser verdade, mesmo depois de os pensadores estratégicos europeus terem levantado sérias questões sobre a fiabilidade da garantia de segurança americana⁶². Em janeiro de 2025, o advento da segunda Administração Trump trouxe a questão aos olhos do público de forma dramática. Enquanto candidato presidencial, Trump tinha comentado que iria «encorajar» a Rússia a «fazer o que raio [aquela] quiser» com os «aliados» europeus «delinquentes» que não contribuem suficientemente para as despesas militares. Como Presidente, sublinhou que «a União Europeia foi formada para tramar os Estados Unidos», repreendeu a Europa por se «aproveitar» injustamente dos Estados Unidos e insistiu para que a Dinamarca entregasse o controlo da Gronelândia⁶³. Sem deixar dúvidas sobre as suas profundas diferenças de valores em relação aos aliados europeus, a Administração Trump iniciou um processo bilateral de aproximação à Rússia de Putin, ignorando em grande medida a UE como entidade e fragilizando a Ucrânia⁶⁴. A Administração Trump também deixou claro que a Europa teria de fornecer as garantias de segurança necessárias em caso de cessar-fogo na Ucrânia, mas sem o apoio ou a cobertura dos Estados Unidos ao abrigo do artigo 5.⁶⁵ Isto conduz observadores como o colunista do *Financial Times* Gideon Rachman a concluir que «os [Estados Unidos] já não podem ser considerados um aliado fiável para os europeus» e que «as ambições políticas da Administração Trump para a Europa significam que, neste momento, a América é também um adversário – ameaçando a democracia na Europa e até mesmo

o território europeu, no caso da Gronelândia»⁶⁶. É difícil encontrar uma ilustração mais reveladora daquilo que Maquiavel considerava os horrores de tornar uma comunidade dependente da proteção militar de um Estado mais poderoso. É claro que a culpa não é dos Estados Unidos, mas da própria fraqueza da Europa, que a priva de autonomia em matéria de segurança e defesa⁶⁷.

Embora a UE esteja atualmente empenhada num enorme esforço para robustecer a sua base tecnológica e industrial de defesa, esta ainda não possui uma capacidade operacional credível⁶⁸. Neste contexto, a prioridade de uma verdadeira União Europeia da Defesa deve ser focada numa coordenação operacional muito mais profunda entre as forças militares dos Estados-Membros da UE, em que a tónica simplista em «gastar mais» passe a ser «gastar melhor e em conjunto», em plena sinergia com as necessidades operacionais comuns da UE. Enquanto isto não acontecer, a UE continuará presa no fosso ambição-capacidade de Maquiavel, que ele resumiu numa única frase (tal como formulada por Tácito): «quod nihil sit tam infirmum aut instabile quam fama potentiae non sua vi nixa» (que nada é tão débil ou instável quanto uma reputação de poder que não assenta na própria força)⁶⁹. A esta luz, o alargamento a países como a Ucrânia ou a Moldova continua a ser uma aposta perigosa para a UE.

O ALARGAMENTO A PAÍSES COMO A UCRÂNIA
OU A MOLDOVA CONTINUA A SER UMA APOSTA
PERIGOSA PARA A UE.

CONCLUSÕES


A necessidade de uma adaptação atempada, antes que a *fortuna* desfira o seu golpe, foi uma das ameaças vermelhas ao longo dos *Discursos*⁷⁰. No que diz respeito à atual ronda de alargamento, a análise maquiavélica revela que a UE ainda tem muito trabalho a fazer antes que a adesão de um número significativo de novos membros possa ser considerada sustentável, tanto em termos de capacidade de decisão como de postura de defesa. A chegada da segunda Administração Trump só vem acentuar este facto. A Comissão Europeia esteve sempre consciente do risco de *overstretch*, que está no cerne do atual momento maquiavélico da UE. Já em 1992, a Comissão se interrogava: «como podemos assegurar que “mais” [Estados-Membros] não conduzam a “menos” [União]?»⁷¹.

Segundo Hannah Arendt, a história do pensamento político fornece uma resposta a esta questão crucial⁷², dada pela solução federal de James Madison na Convenção de 1787, que criou a Constituição dos Estados Unidos em substituição dos Artigos da Confederação. Embora separados por vários séculos,

«Maquiavel [que fez as perguntas certas sobre os dilemas das políticas em expansão] e os fundadores americanos [que desenvolveram uma resposta viável] eram compatriotas intelectuais na procura de dispositivos e instituições [...] para um novo mundo político de Estados territoriais alargados»⁷³.

Antes da Convenção Constitucional, Madison produziu estudos aprofundados sobre uma variedade de confederações, mostrando que tais estruturas permaneceriam frágeis e propensas ao colapso sempre que os membros não conseguissem chegar a um acordo unânime⁷⁴. Tal como Maquiavel, descobriu que o problema se agravava à medida que essas confederações se expandiam. As ideias de Madison andavam de mãos dadas com os apelos de Hamilton a uma entidade política autónoma com recursos próprios que se libertasse da «impotência, perplexidade e desordem» da tomada de decisões unânimes e fosse capaz de se defender através de um exército permanente⁷⁵. Para Arendt, «a descoberta por Madison do princípio federal para a fundação de grandes repúblicas» foi a «maior inovação revolucionária», uma vez que permitiu a uma *commonwealth* alargar o seu âmbito de aplicação sem enfraquecer o seu poder coletivo, a sua natureza democrática ou a identidade dos seus componentes⁷⁶.

A UE atual necessita do seu próprio «impulso federalista», adaptado ao seu próprio *ethos*⁷⁷. Transformar a UE numa federação plena não é uma opção realista. Deveria, no entanto, continuar a basear-se nos traços institucionais únicos do método comunitário, possivelmente através da construção cuidadosa de um núcleo (pré-)federativo, uma vanguarda que seja pioneira no desenvolvimento futuro da UE em matéria política e de defesa, contornando ao mesmo tempo os objetores sistemáticos, como a Hungria de Viktor Orbán⁷⁸. O que a União não deve fazer é improvisar-se de novo em não-soluções intergovernamentais ou confederais que já deram provas da sua incapacidade em facilitar a tomada de decisões na UE (nomeadamente tendo em vista o futuro alargamento desta) ou resolver problemas de fundo (como a criação de uma verdadeira política comum de segurança e defesa). Além disso, tornar a UE apta a acolher novos Estados-Membros e aumentar a sua relevância política e militar internacional não deve ser feito à custa dos seus valores fundadores e da sua natureza não hegemónica e democrática. Estas considerações são particularmente relevantes numa análise baseada nos escritos de Maquiavel. Como a meticulosa investigação de Ardito demonstrou, o mestre florentino estava perfeitamente ciente dos «graves riscos» envolvidos na criação de instituições eficazes para lidar com questões de guerra e paz numa república em expansão. «Em primeiro lugar encontra-se o perigo de as instituições eficazes subverterem a própria república para cuja salvação foram concebidas», como se verificou na república tardia de Roma, quando «a aprovação da expansão imperial pelo senado levou ao prolongamento dos comandos militares [...] e ao declínio da república»⁷⁹. Em contraste, Maquiavel valorizava a importância de múltiplos controlos de tomada de decisão como sendo fundamentais para o sucesso da política externa expansionista de Roma em épocas anteriores⁸⁰. Também admirava a Confederação Helvética, cuja «força militar não destruiu a liberdade das suas cidades»⁸¹. Sabendo que a expansão e a militarização conduzem frequentemente a uma maior centralização e a níveis reduzidos de democracia, a UE faria bem em levar a sério as preocupações de Maquiavel e em moldar o seu futuro – tal como acima referido – aprofundando e alargando as componentes fundamentais

do método comunitário, tal como este começou a tomar forma na década de 1950, com os seus freios e contrapesos integrados⁸². Também isto é consonante com as normas do administrador florentino. Ao longo dos *Discursos*, Maquiavel sublinhou a importância existencial de uma comunidade apoiar as suas renovações constitucionais nos «princípios originais» e na «virtù pristina» dos seus fundadores⁸³. Ao preparar-se para o próximo alargamento, é importante que a UE recorde esta mensagem. 

Data de receção: 14 de janeiro de 2025 | Data de aprovação: 16 de maio de 2025

Youri Devuyt Professor associado de História e de Direito Constitucional da União Europeia na Vrije Universiteit Brussel (VUB), onde está associado à Brussels School of Governance.

> Brussels School of Governance, Vrije Universiteit Brussel, Pleinlaan 2, 1050 Bruxelas, Bélgica | Youri.Devuyt@vub.be

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0985-8789>

NOTAS

¹ O autor agradece profundamente a Eduarda Castel-Branco pelas frutíferas discussões durante a elaboração deste artigo e pela revisão da versão portuguesa. Gostaria igualmente de expressar a sua gratidão aos revisores pelos comentários envolventes e construtivos.

² MACHIAVELLI, Niccolò – *The Discourses*. Tradução de Leslie J. Walker e Brian Richardson. Londres: Penguin Classics, 2003 [doravante designado por «M.», livro I, secção 6 (doravante designado por «I.6»), p. 122. Salvo indicação em contrário, todas as citações são traduções livres do autor.

³ POCOCK, J. G. A. – *The Machiavellian Moment: Florentine Political Thought and the Atlantic Republican Tradition*. Princeton: Princeton University Press, 2016, pp. xxiv, 554.

⁴ CESA, Marco – *Machiavelli on International Relations*. Oxford: Oxford University Press, 2014, p. 28.

⁵ MACRON, Emmanuel – «Europe speech» Paris. Universidade da Sorbonne. 25 de abril de 2024.

⁶ MANSFIELD, Harvey C.; TARCOV, Nathan – «Introduction». In MACHIAVELLI, Niccolò – *Discourses on Livy*. Chicago: University of Chicago Press, 1996, p. xvii.

⁷ LEUNG, Janice – «Machiavelli and International Relations Theory». In *Glendon Journal of International Studies*. Vol. 1, 2000, p. 3.

⁸ Maquiavel utilizou os termos *res publica* e *stato* num sentido muito geral, abrangendo todo o tipo de entidades polí-

ticas em concorrência com outras entidades políticas. Ver CESA, Marco – *Machiavelli on International Relations*, p. 2; POCOCK, J. G. A. – «Machiavelli and Rome: the republic as ideal and as history». In NAJEMY, John M., ed. – *The Cambridge Companion to Machiavelli*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010, pp. 144-156.

⁹ Outros exemplos desta abordagem incluem POCOCK, J. G. A. – *The Machiavellian Moment...*; ARDITO, Alissa M. – *Machiavelli and the Modern State: The Prince, the Discourses on Livy, and the Extended Territorial Republic*. Cambridge: Cambridge University Press, 2015; HARPER, John Lamberton – *American Machiavelli: Alexander Hamilton and the Origins of U.S. Foreign Policy*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

¹⁰ SKINNER, Quentin – *Machiavelli: A Very Short Introduction*. Oxford: Oxford University Press, 2019, pp. 34, 62-63.

¹¹ *Ibidem*, pp. 62-63.

¹² REUNIÃO INFORMAL DOS CHEFES DE ESTADO OU DE GOVERNO – «Declaração de Versalhes». 10-11 de março de 2022, parágrafo 7; CONSELHO EUROPEU – «Conclusões». Bruxelas. 27 de junho de 2024. EUCO 15/24, Anexo: «Agenda Estratégica 2024-2029», p. 13.

¹³ ARDITO, Alissa M. – *Machiavelli and the Modern State...*, pp. 232, 238.

¹⁴ M.D., I.6, p. 122.

¹⁵ *Ibidem*, I.6, p. 123.

¹⁶ *Ibidem*, II.19, pp. 335-336.

¹⁷ ARDITO, Alissa M. – *Machiavelli and the Modern State...*, p. 261; CESA, Marco – *Machiavelli on International Relations*, pp. 22, 156.

¹⁸ CESA, Marco – *Machiavelli on International Relations*, p. 27.

¹⁹ *Ibidem*, p. 28.

²⁰ MARESCAU, Marc – «Enlargement: origins and practice». In SEGERS, Mathieu; VAN HECKE, Steven, eds. – *The Cambridge History of the European Union*. Cambridge: Cambridge University Press, vol. II, 2023, pp. 411-456.

²¹ Tratado que institui a Comunidade Económica Europeia. Roma. 25 de Março de 1957, preâmbulo e artigo 237.^o

²² CONSELHO EUROPEU – «Conclusões da Presidência». Lisboa. 26-27 de junho de 1992. SN 3321/2/92 REV2, secção I.2.A.

²³ «DECLARAÇÃO COMUM sobre uma Europa única». Atenas. 16 de abril de 2003. JO L 236 (2003), p. 957.

²⁴ COMISSÃO EUROPEIA – «A Europa e o desafio do alargamento». In *Boletim das Comunidades Europeias*. Suplemento 3/92, parágrafo 7.

²⁵ *Ibidem*.

²⁶ BEREND, Ivan T. – *Europe Since 1980*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010, p. 5.

- 27 M.D., I.6, p. 122.
- 28 POCOCK, J. G. A. – «Afterword: the Machiavellian moment: a very short retrospect and re-introduction». In *History of European Ideas*. Vol. 43, N.º 2, 2017, p. 215.
- 29 Em 2024, a UE e a Geórgia suspenderam o processo de adesão.
- 30 MIREL, Pierre – «The Eastern Partnership: between resilience and interference». In *European Issue* (Fondation Schuman). N.º 589, 30 de março de 2021, p. 7.
- 31 PRODI, Romano – *A Wider Europe – A Proximity Policy as a Key to Stability*. Bruxelas. Sixth ECSA-World Conference. 5-6 de dezembro de 2002.
- 32 SCHUMACHER, Tobias – «The European Neighbourhood Policy: the challenge of demarcating a complex and contested field of study». In SCHUMACHER, Tobias; MARCHETTI, Andreas; DEMMELHUBER, Thomas, eds. – *The Routledge Handbook on the European Neighbourhood Policy*. Abingdon: Routledge, 2018, p. 4.
- 33 DRAGNEVA, Rilka; WOLCZUK, Katarzyna – *Ukraine between the EU and Russia: The Integration Challenge*. Londres: Palgrave Macmillan, 2015.
- 34 BORRELL, Josep – Declarações à imprensa no Conselho Informal dos Negócios Estrangeiros. Toledo. 31 de agosto de 2023. Disponível em: https://www.eeas.europa.eu/eeas/informal-foreign-affairs-council-gymnich-press-remarks-high-representative-josep-borrell-press_en.
- 35 CRICK, Bernard – «Introduction». In MACHIAVELLI, Niccolò – *The Discourses*. Londres: Penguin Classics, 2003, p. 57.
- 36 CESA, Marco – *Machiavelli on International Relations*, p. 6; CRICK, Bernard – «Introduction», p. 60.
- 37 MACHIAVELLI, Niccolò – *The Prince*. Tradução de George Bull. Londres: Penguin Classics, 2006(doravante designado por «M.P.»), cap. XXI, p. 79.
- 38 *Ibidem*, I.2, pp. 105-106.
- 39 *Ibidem*, cap. XXI, p. 79.
- 40 *Ibidem*, II.4, p. 284.
- 41 DE SCHOUTHEETE, Philippe – *The Case for Europe: Unity, Diversity, and Democracy in the European Union*. Boulder: Lynne Rienner, 2000, pp. 16-17; TUGENDHAT, Christopher – *Making Sense of Europe*. Harmondsworth: Penguin Books, 1987, p. 36.
- 42 M.D., II.4, p. 283.
- 43 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA UNIÃO EUROPEIA – Acórdão de 26 de junho de 2012, «Polónia/Comissão». Processo C-336/09 P, ECLI:EU:C:2012:386, parágrafo 37.
- 44 M.D., II.4, pp. 286-287.
- 45 *Ibidem*, I.38, p. 204.
- 46 *Ibidem*, I.17, p. 157; I.16, p. 154.
- 47 ILODIGWE, Damian – «Machiavelli and the limits of realism in International Relations». In *Journal of International Relations and Foreign Policy*. Vol. 7, N.º 1, 2019, p. 30.
- 48 «EU ENLARGEMENT must prioritise fighting corruption». Transparency International. 6 de dezembro de 2024. Disponível em: <https://www.transparency.org/en/news/eu-enlargement-must-prioritise-fighting-corruption>.
- 49 KNEŽEVIĆ BOJOCIĆ, Ana; ČORIĆ, Vesna – «Challenges of rule of law conditionality in EU accession». In *Bratislava Law Review*. Vol. 7, N.º 1, 2023, pp. 41-62; KOCHENOV, Dimitry – *EU Enlargement and the Failure of Conditionality: Pre-accession Conditionality in the Fields of Democracy and the Rule of Law*. Alphen aan den Rijn: Kluwer Law International, 2007.
- 50 DEVUYST, Youri – «The European Union's Community method: foundations and evolution». In LAURSEN, Finn, ed. – *The Oxford Encyclopedia of European Union Politics*. Oxford: Oxford University Press, 2021, vol. 2, pp. 982-1002.
- 51 COMISSÃO EUROPEIA – «Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho Europeu e ao Conselho sobre reformas e revisões das políticas antes do alargamento». Bruxelas. 20 de março de 2024. COM[2024] 146 final, pp. 19-20.
- 52 *Ibidem*.
- 53 «TRATADO DA União Europeia (versão consolidada)», artigos 31(4), 48(7). In *Jornal Oficial da União Europeia*. C 202. 7 de junho de 2016, pp. 13-46.
- 54 M.D., I.21, p. 169.
- 55 *Ibidem*, I.6, p. 121.
- 56 COMISSÃO EUROPEIA – «Comunicação sobre as reformas e revisões políticas anteriores ao alargamento», p. 14.
- 57 WEBER, Gesine – «Mutual defence in the European Union? The imperative of article 42.7 in case the United States abandons European defence». In *CSDS Policy Brief* (VUB Brussels School of Government). N.º 37/2024. 18 de dezembro de 2024. Disponível em: <https://csds.vub.be/publication/mutual-defence-in-the-european-union-the-imperative-of-article-42-7-in-case-the-united-states-abandons-european-defence>.
- 58 «TRATADO DA União Europeia (versão consolidada)», artigo 42(2); CONSELHO EUROPEU – «Conclusões», p. 16.
- 59 M.P., cap. XIII, p. 44.
- 60 CESA, Marco – *Machiavelli on International Relations*, p. 77; SKINNER, Quentin – *Machiavelli...*, p. 36.
- 61 Para uma análise precoce e perspicaz, ver KISSINGER, Henry A. – *The Troubled Partnership: A Re-Appraisal of the Atlantic Alliance*. Nova Iorque: McGraw-Hill Book Co., 1965.
- 62 ARON, Raymond – *War & Peace: A Theory of International Relations*. New Brunswick: Transaction Publishers, 2003, pp. 411, 430-433, 478-492.
- 63 SANGER, David E.; ERLANGER, Steven – «Trump team leaves behind an Alliance in crisis». In *The New York Times*. 16 de fevereiro de 2025. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2025/02/16/us/politics/trump-europe-alliance-crisis.html>.
- 64 BUNDE, Tobias; EISENTRAU, Sophie – «Westlessness reloaded? Key takeaways from the Munich Security Conference 2025». Munich Security Debrief. 1 de fevereiro de 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.47342/LFJW7131>; GARTON ASH, Timothy – «Trump's senseless capitulation to Putin is a betrayal of Ukraine – and terrible dealmaking». In *The Guardian*. 13 de fevereiro de 2025. Disponível em: <https://www.theguardian.com/commentis-free/2025/feb/13/donald-trump-vladimir-putin-ukraine-us-europe>.
- 65 HEGSETH, Pete – «Opening Remarks at Ukraine Defense Contact Group». Bruxelas. 12 de fevereiro de 2025. Disponível em: <https://www.defense.gov/News/Speeches/Speech/Article/4064113/opening-remarks-by-secretary-of-defense-pete-hegseth-at-ukraine-defense-contact/>.
- 66 RACHMAN, Gideon – «Vance's real warning to Europe». In *The Financial Times*. 17 de fevereiro de 2025. Disponível em: <https://www.ft.com/content/11f121f9-391c-4597-93f7-f12894e1b79d>.
- 67 ARON, Raymond – *War & Peace...*, p. 444.
- 68 CONSELHO EUROPEU – «Conclusões», p. 16.
- 69 M.P., cap. XIII, p. 47.
- 70 M.D., III.9, p. 430; III.49, p. 526.
- 71 COMISSÃO EUROPEIA – «A Europa e o desafio do alargamento», parágrafos 18-19.
- 72 ARENDT, Hannah – *On Revolution*. Londres: Penguin Books, 1990, p. 168.
- 73 ARDITO, Alissa M. – *Machiavelli and the Modern State...*, p. 11. Ver também POCOCK, J. G. A. – *The Machiavellian Moment...*, pp. 581-582; HARPER, John Lambertson – *American Machiavelli...*, p. 11.
- 74 MADISON, James – «Notes on ancient and modern confederacies». In RUTLAND, Robert A.; RACHAL, William M. E., eds. – *The Papers of James Madison. Vol. 9: 9 April 1786-24 May 1787*. Chicago: University of Chicago Press, 1975, pp. 3-23; MADISON, James – «Additional memorandums on ancient and modern confederacies». In RUTLAND, Robert A., ed. – *The Papers of James Madison. Vol. 10: 27 May 1787-3 March 1788*. Chicago: University of Chicago Press, 1977, pp. 273-283.
- 75 HAMILTON, Alexander; MADISON, James; JAY, John – *The Federalist Papers*. Londres: Penguin Classics, 1987, artigos 15, 16, 22, 30, 31, 74, 75.

76 ARENDT, Hannah – *On Revolution*, pp. 168, 171.

77 A expressão «impulso federalista» é inspirada em ARDITO, Alissa M. – *Machiavelli and the Modern State...*, p. 296 [referindo-se a um «impulso madisoniano»].

78 Para um modelo prático de uma UE a vários níveis com um núcleo federalista, ver FABBRINI, Sergio – *A Federalist Alternative for European Governance: The European Union in Hard Times*. Cambridge: Cambridge University Press, 2025, pp. 208-220.

79 ARDITO, Alissa M. – *Machiavelli and the Modern State...*, p. 133.

80 *Ibidem*, p. 169, com vários exemplos de M.D., I.50, I.53, II.23 e III.27.

81 *Ibidem*, p. 119.

82 Sobre os elementos essenciais do método comunitário, ver DEVUYST, Youri – «The European Union's Community method...», pp. 994-995. Os seus freios e contrapesos poderiam ser ainda mais aperfeiçoados e alargados, por exemplo, assegurando um papel fundamental ao

Parlamento Europeu antes da utilização conjunta de forças militares em zonas de combate. A este respeito, poderia buscar-se inspiração na Resolução sobre os Poderes de Guerra de 1973, adoptada pelo Congresso dos Estados Unidos.

83 M.D., III.1, pp. 385-386. Ver também SKINNER, Quentin – *Machiavelli...*, pp. 67-68 [para a expressão «pristine virtù» dos fundadores].

BIBLIOGRAFIA

FONTES PRIMÁRIAS

BORRELL, Josep – Declarações à imprensa no Conselho Informal dos Negócios Estrangeiros. Toledo. 31 de agosto de 2023. Disponível em: https://www.eeas.europa.eu/eeas/informal-foreign-affairs-council-gymnich-press-remarks-high-representative-josep-borrell-press_en.

COMISSÃO EUROPEIA – «A Europa e o desafio do alargamento». In *Boletim das Comunidades Europeias*. Suplemento 3/92.

COMISSÃO EUROPEIA – «Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho Europeu e ao Conselho sobre reformas e revisões das políticas antes do alargamento». Bruxelas. 20 de março de 2024. COM(2024) 146 final.

CONSELHO EUROPEU – «Conclusões da Presidência». Lisboa. 26-27 de junho de 1992. SN 3321/2/92 REV2.

CONSELHO EUROPEU – «Conclusões». Bruxelas. 27 de junho de 2024. EUCO 15/24, Anexo: «Agenda Estratégica 2024-2029».

«DECLARAÇÃO COMUM sobre uma Europa única». Atenas. 16 de abril de 2003. JO L 236 (2003).

HEGSETH, Pete – «Opening Remarks at Ukraine Defense Contact Group». Bruxelas. 12 de fevereiro de 2025. Disponível em: <https://www.defense.gov/News/Speeches/Speech/Article/4064113/opening-remarks-by-secretary-of-defense-pete-hegseth-at-ukraine-defense-contact/>.

MACRON, Emmanuel – «Europe speech». Paris. Universidade da Sorbonne. 25 de abril de 2024.

PRÓDI, Romano – *A Wider Europe – A Proximity Policy as a Key to Stability*. Bruxelas. Sixth ECSA-World Conference. 5-6 de dezembro de 2002.

REUNIÃO INFORMAL DOS CHEFES DE ESTADO OU DE GOVERNO – «Declaração de Versathes». 10-11 de março de 2022.

«TRATADO DA União Europeia (versão consolidada)». In *Jornal Oficial da União Europeia*. C 202. 7 de junho de 2016, pp. 13-46.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA UNIÃO EUROPEIA – Acórdão de 26 de junho de 2012, «Polónia/Comissão». Processo C-336/09 P, ECLI:EU:C:2012:386.

FONTES SECUNDÁRIAS

ARDITO, Alissa M. – *Machiavelli and the Modern State: The Prince, the Discourses on Livy, and the Extended Territorial Republic*. Cambridge: Cambridge University Press, 2015.

ARENDT, Hannah – *On Revolution*. Londres: Penguin Books, 1990.

ARON, Raymond – *War & Peace: A Theory of International Relations*. New Brunswick: Transaction Publishers, 2003.

BEREND, Ivan T. – *Europe Since 1980*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

BUNDE, Tobias; EISENTRAU, Sophie – «Westlessness reloaded? Key takeaways from the Munich Security Conference 2025». Munich Security Debrief. 1 de fevereiro de 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.47342/LFJW7131>.

CESA, Marco – *Machiavelli on International Relations*. Oxford: Oxford University Press, 2014.

CRICK, Bernard – «Introduction». In MACHIAVELLI, Niccolò – *The Discourses*. Londres: Penguin Classics, 2003, pp. 15-74.

DE SCHOUTHEETE, Philippe – *The Case for Europe: Unity, Diversity, and Democracy in the European Union*. Boulder: Lynne Rienner, 2000.

DEVUYST, Youri – «The European Union's Community method: foundations and evolution». In LAURSEN, Finn, ed. – *The Oxford Encyclopedia of European Union Politics*.

Oxford: Oxford University Press, 2021, vol. 2, pp. 982-1002.

DRAGNEVA, Rilka; WOLCZUK, Kataryna – *Ukraine between the EU and Russia: The Integration Challenge*. Londres: Palgrave Macmillan, 2015.

«EU ENLARGEMENT must prioritise fighting corruption». Transparency International. 6 de dezembro de 2024. Disponível em: <https://www.transparency.org/en/news/eu-enlargement-must-prioritise-fighting-corruption>.

FABBRINI, Sergio – *A Federalist Alternative for European Governance: The European Union in Hard Times*. Cambridge: Cambridge University Press, 2025.

GARTON ASH, Timothy – «Trump's senseless capitulation to Putin is a betrayal of Ukraine – and terrible dealmaking». In *The Guardian*. 13 de fevereiro de 2025. Disponível em: <https://www.theguardian.com/commentisfree/2025/feb/13/donald-trump-vladimir-putin-ukraine-us-europe>.

HAMILTON, Alexander; MADISON, James; JAY, John – *The Federalist Papers*. Londres: Penguin Classics, 1987.

HARPER, John Lamberton – *American Machiavelli: Alexander Hamilton and the Origins of U.S. Foreign Policy*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

ILODIGWE, Damian – «Machiavelli and the limits of realism in International Relations». In *Journal of International Relations and Foreign Policy*. Vol. 7, N.º 1, 2019, pp. 20-38.

KISSINGER, Henry A. – *The Troubled Partnership: A Re-Appraisal of the Atlantic Alliance*. Nova Iorque: McGraw-Hill Book Co., 1965.

KNEŽEVIĆ BOJOCIĆ, Ana; ČORIĆ, Vesna – «Challenges of rule of law conditionality in EU accession». In *Bratislava Law Review*. Vol. 7, N.º 1, 2023, pp. 41-62.

- KOCHENOV, Dimitry – *EU Enlargement and the Failure of Conditionality: Pre-accession Conditionality in the Fields of Democracy and the Rule of Law*. Alphen aan den Rijn: Kluwer Law International, 2007.
- LEUNG, Janice – «Machiavelli and International Relations Theory». In *Glendon Journal of International Studies*. Vol. 1, 2000, pp. 3-13.
- MACHIAVELLI, Niccolò – *The Discourses*. Tradução de Leslie J. Walker e Brian Richardson. Londres: Penguin Classics, 2003.
- MACHIAVELLI, Niccolò – *The Prince*. Tradução de George Bull. Londres: Penguin Classics, 2006.
- MADISON, James – «Notes on ancient and modern confederacies». In RUTLAND, Robert A.; RACHAL, William M. E., eds. – *The Papers of James Madison*. Vol 9: 9 April 1786–24 May 1787. Chicago: University of Chicago Press, 1975, pp. 3-23.
- MADISON, James – «Additional memorandums on ancient and modern confederacies». In RUTLAND, Robert A., ed. – *The Papers of James Madison*. Vol. 10: 27 May 1787–3 March 1788. Chicago: University of Chicago Press, 1977, pp. 273-283.
- MANSFIELD, Harvey C.; TARCOV, Nathan – «Introduction». In MACHIAVELLI, Niccolò – *Discourses on Livy*. Chicago: University of Chicago Press, 1996, pp. xvii-xxlv.
- MARESCEAU, Marc – «Enlargement: origins and practice». In SEGERS, Mathieu; VAN HECKE, Steven, eds. – *The Cambridge History of the European Union*. Cambridge: Cambridge University Press, vol. II, 2023, pp. 411-456.
- MIREL, Pierre – «The Eastern Partnership: between resilience and interference». In *European Issue* (Fondation Schuman). N.º 589, 30 de março de 2021.
- POCOCK, J. G. A. – «Machiavelli and Rome: the republic as ideal and as history». In NAJEMY, John M., ed. – *The Cambridge Companion to Machiavelli*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010, pp. 144-156.
- POCOCK, J. G. A. – *The Machiavellian Moment: Florentine Political Thought and the Atlantic Republican Tradition*. Princeton: Princeton University Press, 2016.
- POCOCK, J. G. A. – «Afterword: the Machiavellian moment: a very short retrospect and re-introduction». In *History of European Ideas*. Vol. 43, N.º 2, 2017, pp. 215-221.
- RACHMAN, Gideon – «Vance's real warning to Europe». In *The Financial Times*. 17 de fevereiro de 2025. Disponível em: <https://www.ft.com/content/11f121f9-391c-4597-93f7-f12894e1b79d>.
- SANGER, David E.; ERLANGER, Steven – «Trump team leaves behind an Alliance in crisis». In *The New York Times*. 16 de fevereiro de 2025. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2025/02/16/us/politics/trump-europe-alliance-crisis.html>.
- SCHUMACHER, Tobias – «The European Neighbourhood Policy: the challenge of demarcating a complex and contested field of study». In SCHUMACHER, Tobias; MARCHETTI, Andreas; DEMMELHUBER, Thomas, eds. – *The Routledge Handbook on the European Neighbourhood Policy*. Abingdon: Routledge, 2018, pp. 3-13.
- SKINNER, Quentin – *Machiavelli: A Very Short Introduction*. Oxford: Oxford University Press, 2019.
- TUGENDHAT, Christopher – *Making Sense of Europe*. Harmondsworth: Penguin Books, 1987.
- WEBER, Gesine – «Mutual defence in the European Union? The imperative of article 42.7 in case the United States abandons European defence». In *CSDS Policy Brief* (VUB Brussels School of Governance). N.º 37/2024. 18 de dezembro de 2024. Disponível em: <https://csds.vub.be/publication/mutual-defence-in-the-european-union-the-imperative-of-article-42-7-in-case-the-united-states-abandons-european-defence>.